

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8011189-81.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAMARAJU – BAHIA Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. DELONGA ATRIBUÍDA AO PRÓPRIO PACIENTE QUE SE RECUSOU A APOSSASSINATURA NA DECISÃO DO JUIZ A QUO. PACIENTE QUE POSSUI AÇÕES PENAISS EM CURSO. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. APLICAÇÃO DE CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA 1–Ab initio, no que diz respeito ao propalado excesso de prazo, consigne-se que pacífica é a orientação dos Tribunais Pátrios no sentido de que os prazos fixados para o encerramento do processo não têm natureza peremptória, subsistindo apenas como referencial para verificação de eventual extrapolação, de sorte que a superação deles não implica necessariamente em flagrante e imediato reconhecimento de ilegalidade, podendo ser excedidos com arrimo em melhor juízo da razoabilidade, considerando-se, para tanto, as particularidades do caso concreto. 2–In casu, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante em 29/05/2023, tendo sido convertida em prisão preventiva em 01/06/2023, posteriormente a denúncia foi oferecida em 27/06/2023, sendo recebida em 29/06/2023. Foi então certificado que o Paciente foi notificado no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, apesar de recusar-se a aposassinatura na decisao, em 25/08/2023. Ademais, constata-se também que a instrução processual vem ocorrendo dentro da normalidade, sendo o atraso motivado pelo próprio Paciente, vez que este se recusou a aposassinatura na decisão 3–Como é cediço, o artigo 319 do Código de Processo Penal, redação altera da pela Lei 12.403/11, prevê diversas medidas cautelares em substituição à prisão. Nos termos do artigo 282, incisos I e II do CPP, para a aplicação de tais medidas deverá ser observado o binômio necessidade/adequação. Necessidade para a investigação ou a instrução criminal, para a aplicação da lei penal, e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; e adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. 4–No entanto, vislumbra-se que na hipótese em apreciação nenhuma das medidas elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, revelam-se suficientes e adequadas para resguardar efetivamente a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista a gravidade concreta do crime; a periculosidade do agente e o risco concreto de reiteração criminosa. ACÓRDÃO. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8011189-81.2024.8.05.0000, tendo como Impetrante a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e como Paciente KAUAN BARBOZA BARRETO. ACORDAM os Desembargadores que compõem a Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto condutor. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Conhecido e não provido Por Unanimidade Salvador, 20 de Maio de 2024. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8011189-81.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAMARAJU – BAHIA Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

DA BAHIA em favor do Paciente KAUAN BARBOZA BARRETO, apontando-se como autoridade impetrada o MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAMARAJU – BAHIA. Adota-se o relatório constante do Parecer do Graduado Órgão Ministerial, o qual, por bem representar a síntese dos autos, passo a transcrevê-lo (ID. 59921251): “Aduz o Impetrante em seu Habeas Corpus (ID 57390538) que: ‘O Paciente foi preso no dia 29/05/2023, na cidade/comarca de Itamarajú/BA, em suposto flagrante delito do crime previsto no art. 14, caput da Lei 10.826/2003 c/c art. 33, caput da Lei 11.343/2006. Em ato contínuo, o juiz a quo, em decisão referente a representação por conversão em Prisão Preventiva, requerida pelo parquet, realizada na data de 01/06/2023, decretou a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva (ID 391686282 – APF), vejamos: [...] Em 27/06/2023 o Ministério Público ofereceu a denúncia, nos autos n. 8001528-43.2023.8.05.0120 (id 396426501) e, no dia 29/06/2023, o Juiz a recebeu e determinou a citação do acusado para apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias (id 396628808). Haja vista a recusa do acusado em apor sua assinatura (id 407779715), o magistrado determinou a notificação/citação por videoconferência (id 430310329). Importante salientar que o juízo competente para julgar o caso não intimou o advogado dativo para apresentar a defesa do Paciente. Cumpre destacar o necessário poder pode juiz de impulsionar os atos processuais, em particular aqueles atinentes a assegurar garantias básicas das partes. Ainda nesse ponto, por consequência lógica a audiência de instrução seques fora agendada. Desta forma, o Paciente já se encontra privado da sua liberdade há 265 (duzentos e sessenta e cinco) dias, correndo sério risco de ultrapassar mais de 300 (trezentos) dias preso, 1000% a mais do que o previsto para o rito especial em questão, para concluir o procedimento da instrução processual, sem a menor perspectiva de encerramento da ação penal, estando o ora paciente sujeito à inércia do Estado, aguardando preso, sem a menor perspectiva. [...] Verifica-se que o Paciente é réu primário, nunca tendo sido condenado, e, pelo que se tem notícia, não integra organização criminosa, juntamente com a inexistência provas concretas que dedique sua vida a prática criminosa. Portanto, sua conduta faz jus à causa de diminuição de pena do art. 33, § 4º da Lei nº 11.343/2006. [...] No caso concreto, cumpre ressaltar que, sem ignorar a gravidade da acusação, restaria suficiente a aplicação de medida cautelar de urgência como o afastamento domiciliar, proibição de aproximação e, caso não julgasse suficiente, caberia também a aplicação da cautelar da tornozeleira eletrônica, o comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades, proibição de ausentar-se da Comarca ou o recolhimento noturno’. Foi proferida decisão que indeferiu a liminar (ID 57526276), oportunidade em que foram requisitadas as informações de praxe. Vieram os esclarecimentos judiciais (ID 59659447). Neles, a Autoridade Coatora aponta que 1. Tratava-se, inicialmente, de Inquérito Policial com relatório final, encaminhado pela Autoridade Policial, objetivando a investigação das práticas dos crimes previstos no art. 33, caput, da Lei 11.343/06, art. 14, da Lei 10.826/03, art. 180 do Código Penal. 2. Encaminhados os autos ao Ministério Público, o órgão ministerial apresentou denúncia em desfavor de Kayck Barbosa Barbosa da Silva e Kauan Barboza Barreto. (ID 396426501) 3. Em 29 de junho de 2023, a M.M Juíza Substituta recebeu a denúncia, com base no art. 41 do Código de Processo Penal. 3. O paciente Kayck foi devidamente citado e apresentou resposta à acusação. 4. O processo encontra-se aguardando a apresentação de resposta à acusação com relação à Kauan Barboza Barreto.

Segue breve resumo do Auto de Prisão em Flagrante 8001293–

76.2023.8.05.0120: • Auto de Prisão em Flagrante lavrado em 29/05/2023 (ID 391037214); • Certidão de Antecedentes Criminais do acusado, Kauan Barboza Barreto, em 31/05/2023 (ID 391285104); • Parecer do Ministério Público pela conversão da prisão em flagrante pela custódia preventiva do acusado Kauan Barboza Barreto em 31/05/2023 (ID 391412326); • Auto de Constatação preliminar em 31/05/2023 (ID 391432281); • Audiência de Custódia, na qual foi homologada a prisão em flagrante de Kauan Barboza Barreto e convertida em prisão preventiva, bem como avaliado o mandado de prisão preventiva do acusado relativa ao processo n.º 8000730–82.2023.8.05.0120 em 01/06/2023 (ID 391686282). Segue breve resumo do processo originário 8001528–

43.2023.8.05.0120: • Auto de Prisão em Flagrante lavrado em 26/06/2023 (ID 396135062); • Certidão de Antecedentes Criminais do acusado, Kauan Barboza Barreto, em 27/06/2023 (ID 396371026); • Denunciados os acusados, Kauan Barboza Barreto e Kayck Barbosa da Silva, em 27/06/2023 (ID 396426501); • Ministério Público requereu que fosse juntado as certidões de antecedentes criminais em 27/06/2023 (ID 396426501); • Recebida a denúncia em 29/06/2023 (ID 396628808); • Laudo pericial definitivo em 17/07/2023 (ID 401830729); • Certidão de Antecedentes Criminais do acusado, Kauan Barboza Barreto, em 24/08/2023 (ID 406775704 e 406790335); • Certidão informando que em 25/08/2023 enviou o mandado ao Conjunto Penal de Texeira de Freitas, no qual encontrava-se custodiado Kauan Barboza Barreto em 30/08/2023 (ID 407779711); • Certidão informando que deixou de notificar Kayck Barbosa em virtude de não residir no endereço constante no mandado em 01/09/2023 (ID 408251511); • Despacho informando que o réu, Kayck Barbosa da Silva, não foi localizado, contudo, constituiu advogado e o acusado Kauan Barboza Barreto recusou-se a apor assinatura na decisão/mandado encaminhado ao Conjunto Penal de Teixeiras de Freitas. Ademais, determinou que o réu Kayck Barbosa da Silva apresentasse defesa prévia, bem como que fosse realizado notificação/citação do réu Kauan Barboza Barreto por videoconferência, vez que está custodiado em unidade prisional de outra comarca e, não sendo possível, fosse expedido carta precatória para a notificação/citação do referido réu em 06/02/2024 (ID 430310329); • Defesa prévia do réu, Kayck Barbosa da Silva, em 28/02/2024 (ID 433205991)”. A autoridade apontada como coatora prestou informações (ID. 59659447). Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela DENEGAÇÃO (ID. 59921251). É o relatório. Salvador/BA, 9 de maio de 2024. Des. Carlos Roberto Santos Araújo – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8011189–81.2024.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA e outros Advogado (s): IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAMARAJU – BAHIA Advogado (s): VOTO Da acurada análise dos elementos trazidos à

colação, verifica-se que razão não assiste ao Impetrante. Ab initio, no que diz respeito ao propalado excesso de prazo, consigne-se que pacífica é a orientação dos Tribunais Pátrios no sentido de que os prazos fixados para o encerramento do processo não têm natureza peremptória, subsistindo apenas como referencial para verificação de eventual extrapolação, de sorte que a superação deles não implica necessariamente em flagrante e imediato reconhecimento de ilegalidade, podendo ser excedidos com arrimo em melhor juízo da razoabilidade, considerando-se, para tanto, as particularidades do caso concreto. Nessa senda, a concessão de writ em razão da configuração de excesso de prazo é medida excepcional, somente

admitida em hipóteses em que a demora possa ser única e exclusivamente atribuída à inércia ou desídia do próprio Judiciário, ou seja, decorrente de diligências requeridas pela acusação ou determinadas de ofício pelo juízo competente, de forma que impliquem em ofensa ao princípio da razoabilidade. In casu, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante em 29/05/2023, tendo sido convertida em prisão preventiva em 01/06/2023, posteriormente a denúncia foi oferecida em 27/06/2023, sendo recebida em 29/06/2023. Foi então certificado que o Paciente foi notificado no Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, apesar de recusar-se a apor assinatura na decisão, em 25/08/2023. Ademais, constata-se também que a instrução processual vem ocorrendo dentro da normalidade, sendo o atraso motivado pelo próprio Paciente, vez que este se recusou a apor assinatura na decisão. Nesse sentido, trago à baila o seguinte aresto acerca da matéria: "EMENTA: HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. DELONGA ATRIBUÍDA À DEFESA. TARDIA RESPOSTA À ACUSAÇÃO CONTRIBUINDO PARA MOROSIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FEITO NO AGUARDADO DA APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. SUPERADA A DECANTADA ALEGAÇÃO. ORDEM DENEGADA. – Não há constrangimento ilegal se o atraso na marcha processual pode de ser atribuído à defesa, a qual demorou mais de sessenta dias para apresentar resposta à acusação – A circunstância de haver se encerrado a instrução criminal, franqueando-se vista às partes para apresentação de alegações finais, afasta a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, na inteligência do enunciado nº 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça. (TJ-MG – HC: 10000180452179000 MG, Relator: Matheus Chaves Jardim, Data de Julgamento: 07/06/2018, Data de Publicação: 18/06/2018)" Sobre o tema asseverou a douta Procuradoria: "Em relação ao tempo de duração da instrução processual, se mostra dentro do parâmetro da razoabilidade da justiça Brasileira. Analisando os autos, observamos que a instrução processual vem ocorrendo dentro da normalidade, todavia, o atraso foi motivado pelo próprio Paciente, tendo em vista que o Paciente se recusou a apor assinatura na decisão. Veja-se que o Magistrado tem adotado todas as providências necessárias para assegurar a regular tramitação do feito, não restando caracterizada qualquer desídia por parte do juízo, logo tal pleito não se aplica a realidade do presente caso." (ID. 59921251) Do mesmo modo, mostra-se inviável a substituição da prisão por outras medidas cautelares menos gravosas, porquanto demonstrada a real necessidade da aplicação da medida extrema. Como é cediço, o artigo 319 do Código de Processo Penal, redação altera da pela Lei 12.403/11, prevê diversas medidas cautelares em substituição à prisão. Nos termos do artigo 282, incisos I e II do CPP, para a aplicação de tais medidas deverá ser observado o binômio necessidade/adequação. Necessidade para a investigação ou a instrução criminal, para a aplicação da lei penal, e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; e adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. No entanto, vislumbra-se que na hipótese em apreciação nenhuma das medidas elencadas no artigo 319 do Código de Processo Penal, revelam-se suficientes e adequadas para resguardar efetivamente a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista a gravidade concreta do crime; a periculosidade do agente e o risco concreto de reiteração criminosa. Em seu Parecer, a douta Procuradora asseverou acertadamente que "no caso em exame é possível observar que subsistem elementos que apontam que a liberdade do paciente representa uma ofensa à ordem pública, visto que se trata de crime grave, ante a quantidade e a natureza das substâncias encontradas, quais sejam,

0,759 kg de tablete de maconha, 0,248 kg de maconha armazenada em sacola plástica e 256 gramas de cocaína, conforme Auto de Exibição e Apreensão (ID 57390540, fl. 53), bem como pela possível dedicação do paciente às atividades criminosas, devido ao acusado responder a outras ações penais". Portanto, não se cogita em aplicação de outra medida cautelar menos gravosa, posto que tal providência não seria suficiente e proporcional ao caso em apreço. Cabe assinalar, que o tráfico de drogas, delito de extrema gravidade, mereceu atenção especial do legislador na sua prevenção e repressão, devido ao aumento da criminalidade, que tem gerado grande intranquilidade pública. Não se pode olvidar que a prática de delitos, muitas vezes, possui sua origem no tráfico de entorpecentes, ilícito que tem se intensificado nas cidades baianas, reclamando a sociedade medidas ágeis e eficazes por parte das autoridades competentes para contenção da criminalidade. Dessarte, o Magistrado não pode ficar alheio às condições de sua época e fechar os olhos para a gravidade das condutas criminosas como a dos autos em exame. A decisão se apresenta eskorreita e, portanto, não autoriza a concessão do writ. Por fim, o "princípio da confiança no juiz da causa" deve ser aplicado ao presente caso, visto que a autoridade apontada como coatora, por estar mais próxima das pessoas em causa, dos fatos e das provas, tem, sem dúvida, maior noção da "verdade real" e meios de dar ao feito o melhor deslinde, como o de manter a prisão do paciente. Ao teor de todo o exposto, conheço dos pedidos e DENEGO a ordem impetrada. Salvador/BA, 9 de maio de 2024. Des. Carlos Roberto Santos Araújo – 2ª Câmara Crime 1ª Turma Relator